

QUESTÕES INÉDITAS
FCC – MP-AP – Técnico Ministerial - Apoio Administrativo
Lei 2.621/2021

1. A cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao MP-AP na condição de titular de cargo de provimento efetivo, o servidor terá direito a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo de provimento efetivo de que for titular. Interrompe a contagem de tempo de serviço prestado para efeito de apuração do quinquênio:

- a) **licença para mandato eletivo**
- b) 3 (três) faltas injustificadas, durante o período aquisitivo
- c) licença por motivo de doença em pessoa da família por prazo superior a 30 (trinta) dias
- d) pena de advertência ou de suspensão
- e) licença para curso de formação obrigatório fornecido pelo MP-AP

2. Assinale a alternativa incorreta a respeito da jornada de trabalho dos servidores do MP-AP.

- a) A jornada de trabalho dos servidores do quadro de pessoal do MP-AP será estabelecida entre seis a oito horas diárias, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) **As horas trabalhadas excedentes à jornada de trabalho fixada serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, calculada com base na remuneração líquida do servidor.**
- c) O banco de horas é forma de compensação em folgas para trabalhos realizados que excederem a carga horária fora do horário de expediente, quando não houver disponibilidade financeiro-orçamentária para o seu pagamento em pecúnia.
- d) Ao servidor investido em função de confiança ou cargo de provimento em comissão é facultado o recebimento ou compensação em folgas de horas extras em razão de prestação de serviços fora do horário de expediente normal.
- e) Em nenhuma hipótese a jornada excedente poderá ser superior a 2 (duas) horas diárias, exceto em dias não úteis, quando não poderá exceder a 6 (seis) horas.

3. A cada ano de efetivo exercício o servidor fará jus ao período de trinta dias de férias, remuneradas com um adicional de 1/3 (um terço) calculado sobre a sua base de cálculo. Acerca do instituto das férias, assinale a alternativa correta.

- a) **O adicional de férias será pago ao servidor, independentemente de solicitação, no mês que antecede o seu respectivo gozo.**
- b) As férias somente poderão ser suspensas nas hipóteses de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por necessidade de serviço declarada por Promotor da respectiva comarca.
- c) A alteração do período de fruição das férias acarretará a alteração do período utilizado como base para o cálculo da remuneração devida.
- d) As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, vedado à Administração Superior obstar o direito de parcelamento.
- e) É facultado ao servidor do Ministério Público converter pelo menos 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que o requeira com 60 (sessenta) dias de antecedência.

4. O auxílio alimentação visa subsidiar as despesas com refeições do servidor efetivo e comissionado, vedado o recebimento em duplicidade do referido benefício. Considerando as características deste benefício, identifique a afirmação correta.

- a) O auxílio-alimentação poderá ser estendido aos servidores cedidos, ainda que esses servidores recebam ou tenham esse direito no órgão de origem.
- b) Serão descontados do auxílio-alimentação os dias não trabalhados com ou sem justificativa, considerando-se a proporcionalidade de trinta dias.
- c) O pagamento do auxílio-alimentação será suspenso em virtude de penalidade disciplinar, até 15 dias após o período de sua duração.
- d) O pagamento do auxílio-alimentação será suspenso em caso de fruição de licença por motivo de doença em pessoa da família, após 10 (dez) dias.
- e) **O auxílio-alimentação terá caráter indenizatório, não podendo ser incorporado à remuneração ou pensão e, ainda, não será considerado rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária.**

5. Os servidores investidos em cargo de provimento em comissão, quando em gozo de férias, afastamentos ou impedimentos, poderão ter substitutos indicados pela Administração. Acerca do instituto da substituição, assinale a alternativa incorreta.

- a) A substituição só será exercida por servidor que preencha as exigências dos requisitos para o provimento do cargo.
- b) **O servidor que estiver substituindo o titular de cargo de provimento em comissão fará jus à remuneração daquele, sendo vedado à Administração pagar-lhe o valor da remuneração do seu cargo efetivo, sob qualquer justificativa.**
- c) A remuneração de servidor que estiver substituindo o titular de cargo de provimento em comissão será paga proporcionalmente aos dias de efetiva substituição.
- d) O servidor ocupante de cargo de provimento em comissão poderá ser designado para responder, interinamente, por outro cargo.
- e) O servidor comissionado designado para responder, interinamente, por outro cargo poderá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.